

**CARTA ROGATÓRIA Nº 15.039 - PT (2019/0332469-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE** : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO - JUÍZO  
LOCAL CRIMINAL DA MAIA - JUIZ 2  
**INTERES.** : DENVER SOUZA ALVES  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

**DECISÃO**

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à intimação de DENVER SOUZA ALVES de sentença que o condenou pelo crime de condução de veículo sem habilitação.

A intimação prévia foi recebida por terceiros, conforme os documentos postais de fls. 22-23.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, apresentou impugnação às fls. 26-28. Requereu os benefícios da justiça gratuita e a própria intimação para acompanhar o presente feito, contando-se em dobro todos os prazos. Afirma que não foram esgotadas as tentativas de localizar a parte interessada e requer a regular intimação.

Alegou ainda deficiência na instrução da carta rogatória e a falta do "mandato conferido ao advogado" ou do carimbo do cônsul brasileiro.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão do *exequatur* (fl. 49).

É o relatório. Decido.

De início, **defiro os benefícios da justiça gratuita e a intimação da Defensoria Pública da União nos termos do art. 44, I, da Lei Complementar n. 80/1994.**

A intimação prévia é procedimento preliminar da concessão do *exequatur*. Em seguida, os autos serão remetidos ao juízo federal competente para o cumprimento da diligência objeto da rogatória, nos termos do art. 216-V do RISTJ. Assim, possibilitam-se novas oportunidades à parte interessada para, caso queira, manifestar seu inconformismo.

Ao contrário do que alega a Defensoria Pública da União, a carta rogatória está acompanhada dos documentos suficientes à compreensão da controvérsia.

O Superior Tribunal de Justiça entende que a comissão não precisa estar

com todos os documentos mencionados na petição inicial ou com todos os detalhes do processo em curso, bastando os necessários para que a parte interessada tenha ciência da ação e compreenda a controvérsia.

No que se refere à ausência de mandato conferido ao advogado, também sem razão a parte impugnante, pois a exigência se aplica apenas às cartas rogatórias ativas, hipótese que não é a dos autos. O STJ considera que, nas cartas rogatórias passivas, não há obrigatoriedade de juntada de cópia da procuração outorgada pela parte autora a seu advogado (AgRg na CR n. 2.116/US, relator Ministro Barros Monteiro, DJ de 6/8/2007).

Com relação à alegada ausência do carimbo do cônsul brasileiro, cabe esclarecer que a comissão foi encaminhada pela via diplomática, o que presume a autenticidade dos documentos. A tramitação oficial dispensa a chancela consular e, nos presentes autos, os documentos que acompanham a comissão permitem a compreensão da controvérsia, não havendo comprometimento do direito de defesa.

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária de Minas Gerais, para as providências cabíveis.**

**Cumpra-se a diligência em 60 dias.**

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente